



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM AUDITORIA E FUNCIONAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS 2026

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviços de filmagem, monitoramento, gravação e geração de mídia digital dos procedimentos da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas e filmagem do ambiente com transmissão ao vivo para o canal do TRE-MA no Youtube, nas Eleições de 2026, no primeiro turno e, se houver, no segundo turno dessas eleições, conforme estabelecido no § 2º do art. 64 da Resolução nº 23.673/2021, do Tribunal Superior Eleitoral e demais especificações constantes neste Termo de Referência.

1.2 **Classificação do objeto:** trata-se de serviços **comuns e por escopo**, nos termos do art. 6º, incisos XIII e XVII da Lei 14.133/2021.

1.3 **Vigência contratual:** o prazo de vigência se dará a partir do primeiro dia útil seguinte à sua publicação, estendendo-se até o dia 30 de dezembro de 2026.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Com o objetivo de demonstrar o funcionamento e a segurança das urnas eletrônicas, a Justiça Eleitoral realiza em todo o país, no dia da eleição, por amostragem, o procedimento de “Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas”, disciplinado pela **Resolução TSE nº 23.673/2021, alterada pelas Resoluções nºs 23.687/2022, 23.693/2022, 23.728/2024 e 23.758/2026.**

2.2. O § 2º, Art. 64 da Resolução TSE nº 23.673/2021 estabelece, como parte do procedimento, que *“a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas será filmada pela Justiça Eleitoral ou por empresa contratada para esse fim e transmitida ao vivo através da rede mundial de computadores, sendo veiculada, preferencialmente, no canal oficial de cada Tribunal Regional Eleitoral no YouTube”.*

2.3. A contratação dos serviços de filmagem é imprescindível em razão da falta de mão de obra qualificada no quadro de servidores deste TRE para operar as câmeras e demais equipamentos. Além disso, o Tribunal precisaria adquirir e dispor de todos os recursos materiais necessários para a execução dos serviços.

2.4. A execução dos serviços proporcionará maior transparência aos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas, bem como viabilizará a localização das divergências entre os resultados obtidos nos Boletins de Urnas e os dos relatórios emitidos pelo sistema de apoio à votação, contribuindo para que a Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas atinja seu principal objetivo, que é tornar o processo de votação o mais transparente possível, oferecendo à sociedade a possibilidade de comprovar a inexistência de falhas no sistema de votação.

2.5. A presente contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico do TRE-MA para o exercício de 2021-2026, inserido no Macrodesafio **“Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral”**, pois está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

2.6. Também está em consonância com o Plano Integrado das Eleições 2026, no qual a Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas corresponde a um Processo de Eleição. Dentre as atividades previstas no Plano de Execução desse Processo de Eleição está a contratação para viabilizar o procedimento do Art. 64, § 2º da **Resolução TSE nº 23.673/2021.**

2.7. A presente contratação também está prevista no Plano de Contratação Anual aprovado para o exercício de 2026 por meio da Portaria nº 773/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Conforme definido nos estudos técnicos preliminares, trata-se de contratação de serviço especializado de filmagem a ser realizado durante o processo de Auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas, correspondente à filmagem do teste de integridade que irá ocorrer nas ilhas de votação e à filmagem do ambiente com transmissão ao vivo para o canal do TRE-MA no Youtube. No custo de contratação deverão estar incluídos todos os recursos humanos e materiais necessários, de forma a garantir e viabilizar, com segurança e transparência, o cumprimento do disposto na Resolução TSE nº 23.673, de 14 de dezembro de 2021, alterada pela Resolução TSE nº 23.758/2026.

3.2. Para o primeiro turno das Eleições 2026, 27 (vinte e sete) urnas eletrônicas serão submetidas ao Teste de Integridade, sendo 25 (vinte e cinco) ao Teste de Integridade Tradicional e 2 (duas) ao Teste de Integridade com Biometria. No segundo turno das Eleições, se houver, o quantitativo de urnas eletrônicas a serem auditadas será igual ao primeiro turno. Em ambos, a natureza e metodologia de execução dos serviços de filmagem será a mesma.

3.3. Os serviços de filmagem do teste de integridade que irão ocorrer nas ilhas de votação consistem na filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de auditoria a serem realizados no primeiro e, se houver, segundo turno das Eleições Gerais de 2026, disponibilizando as imagens em tempo real para televisores instalados em um local no mesmo prédio onde ocorrerão as filmagens, bem como a revisão, se necessária, de todo o material gravado através de sua exibição e conferência com os votos inseridos nas urnas eletrônicas e respectivos computadores.

3.4. Também haverá a filmagem do(s) ambiente(s) de realização dos procedimentos de auditoria, com transmissão ao vivo e ininterrupta para o canal do TRE-MA no Youtube, devendo ser observado o layout de vídeo e script de transmissão determinado pela Contratante.

3.5 O Teste de Integridade Tradicional possivelmente ocorrerá em local diverso do Teste de Integridade com Biometria, havendo, portanto, dois locais diversos de prestação dos serviços, embora a natureza e a metodologia de execução seja a mesma, com as devidas adequações considerando a quantidade de urnas eletrônicas.

TURNOS DE ELEIÇÃO	ITEM	SERVIÇOS
PRIMEIRO TURNO (04/10/2026)	1	Prestação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de auditoria nas Eleições
	2	Filmagem do ambiente de realização dos procedimentos e transmissão ao vivo para o canal do TRE-MA no Youtube.
SEGUNDO TURNO (25/10/2026)	3	Prestação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de auditoria nas Eleições
	4	Filmagem do ambiente de realização dos procedimentos e transmissão ao vivo para o canal do TRE-MA no Youtube.

3.6. Os serviços referentes ao SEGUNDO TURNO somente se efetivarão na ocorrência deste.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da Vistoria:

4.1.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 13h às 18h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail: cavue@tre-ma.jus.br ou através do contato (98)2107-8975. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia

4.1.2 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria .

4.1.3 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.1.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.1.5 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.2. Da Subcontratação:

Não será admitida a subcontratação do objeto da licitação. A locação de equipamentos não configura subcontratação.

4.3. Impactos ambientais e critérios de Sustentabilidade

A Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, para minimizar os riscos nocivos à saúde e ao meio ambiente:

- a) Armazenamento e destinação correta de pilhas e baterias descartadas;
- b) Iluminação eficiente: deve ser dada preferência lâmpadas de LED ou outras opções com baixo consumo de energia;
- c) Desligar equipamentos que não estão em uso;
- d) Eficiência energética: utilizar equipamentos com alto desempenho energético, como aqueles com rotulagem de eficiência energética no Inmetro.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. INSTALAÇÃO, TESTE E FILMAGEM DAS ILHAS DE VOTAÇÃO:

5.1.1. Todos os equipamentos deverão ser instalados e testados com, no mínimo, 03 (três) dias de antecedência da data marcada para a efetiva prestação dos serviços (dia de realização das Eleições), de modo a possibilitar a substituição de equipamentos em tempo hábil a não prejudicar a execução dos serviços;

5.1.2. **No dia** da Eleição - 1º turno dia 04.10.2026, 2º turno, se houver, no dia 25.10.2026 -, a prestação dos serviços deverá ser iniciada, impreterivelmente, até às 7 horas da manhã e se estenderá até o encerramento dos trabalhos da Auditoria, que não se confunde com o encerramento da votação;

5.1.3. O **período de gravação** deverá ser o da duração da votação (das 8 às 17h) com garantia de continuidade, sem interrupções nem omissão de qualquer momento do período;

5.1.4. Cada câmera deverá captar as imagens do monitor e teclado da urna, bem como do monitor posicionado atrás da urna, permitindo a visualização efetiva do que está sendo demonstrado na tela da urna eletrônica e no sistema;

5.1.5. É imprescindível, nesse processo, o registro da data e da hora das filmagens de cada câmera. Para tanto faz-se necessário que quando da captação da imagem, a câmera exiba a data e a hora do evento. Isso com o objetivo de auxiliar na identificação do horário exato da ocorrência de erros e/ou problemas que eventualmente ocorram durante o processo de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas;

5.1.6. A contratada fornecerá microfones tipo de mesa profissional, de modo a permitir a captação do som sem interferências;

5.1.7. As câmeras deverão estar posicionadas de forma fixa, em tripés profissionais, que garantam estabilidade, ausência de vibração e de solavancos, ou seja, que impeçam qualquer tipo de instabilidade que prejudique o foco, a leitura e a gravação das imagens;

5.1.8. A imagem capturada por cada uma das câmeras deve ser, simultaneamente, disponibilizada nos aparelhos de televisão que serão fornecidos pela contratada;

5.1.9. A contratada será responsável pelo cabeamento e pela conexão dos aparelhos de televisão às respectivas câmeras;

5.1.10 Para garantir que a solução contratada seja de fato profissional, deverá ser observada:

I. Gravação em Loop Zero: O sistema não pode parar de gravar para "fechar um arquivo".

- II. Dashboard de Monitoramento: uma interface que mostre em tempo real se alguma câmera perdeu conexão ou se o upload para a nuvem está oscilando.
- III. Relatório de Integridade (Hash): Ao final do evento, o sistema deve gerar um código Hash (SHA-256) de cada vídeo para garantir que o arquivo não foi editado.
- 5.2.11. Da Arquitetura da Solução:
- I. A estratégia baseia-se no conceito de Redundância em Três Níveis: Local (Câmera), Intermediário (NVR/Server) e Nuvem (Streaming/Storage);
- II. Utilização de câmeras IP com resolução mínima Full HD (1080p), 30fps e lente grande angular para cobrir toda a "ilha";
- III. Cada câmera deve possuir um cartão SD industrial (high-endurance) para gravação interna contínua (Edge Recording). Se o servidor local ou a rede falharem, a imagem continua sendo salva na própria câmera;
- IV. Camada de Processamento Local (On-Premise): NVR ou Servidor de Vídeo- Um gravador físico no local da auditoria conectado via switch PoE. O NVR deverá gravar o fluxo principal de todas as câmeras em discos rígidos (RAID 1 ou 5);
- V. O switch de rede deve estar conectado a um link principal (fibra) e um link secundário (Starlink ou 5G) via roteador SD-WAN para garantir o upload constante;
- VI. Camada de Nuvem (Cloud & Streaming) Gateway de Streaming: O software de gerenciamento (VMS) deverá enviar o fluxo em tempo real via protocolo SRT (Secure Reliable Transport);
- VII. Streaming Público/Privado: Utilização de uma CDN (Content Delivery Network) para que os fiscais e o público acompanhem sem travar o servidor de origem;
- VIII. Storage de Auditoria: Cópia imediata dos arquivos encerrados para serviço de armazenamento em nuvem com política de imutabilidade (WORM - Write Once, Read Many), de modo a impedir qualquer deleção acidental ou criminosa.

5.2. EQUIPE DE FUNCIONÁRIOS E MONITORAMENTO

- 5.2.1. A contratada deverá apresentar equipe de funcionários apta, treinada, uniformizada e portando crachá de identificação;
- 5.2.2. Será exigido da contratada o monitoramento da filmagem, que consiste basicamente em acompanhar todo o processo de filmagem, bem como em buscar as imagens gravadas durante a votação, caso haja incongruência nos resultados;
- 5.2.3. O quantitativo de funcionários deve ser suficiente para monitoramento de todas as câmeras e **reprodução de imagens e sons** das filmagens nos aparelhos de televisão de forma simultânea, durante o processo de filmagem. Analisando a contratação anterior, identificamos que a contratada incorreu em uma série de inexecuções contratuais, as quais, em sua maioria, ocorreram em decorrência de um monitoramento ineficiente, tendo sido penalizada. Desta forma, considerando as falhas de execução da contratação anterior e novamente ressaltando que se trata de uma necessidade diretamente relacionada à atividade fim da Justiça Eleitoral, optamos por sugerir o quantitativo de, no mínimo, 1(um) funcionário da contratada para cada grupo de 5 (cinco) urnas submetidas ao **teste de integridade tradicional** (25 urnas divididas em grupos de 5 = 5 funcionários) e 1 (um) para cada urna eletrônica submetida ao **teste de integridade com biometria** (2 urnas = 2 funcionários). Assim a equipe de filmagem contratada deverá estar apta para monitorar **simultaneamente** todas as imagens e sons das urnas/microfones projetados nos televisores;
- 5.2.4. A equipe da contratada deverá acompanhar toda a revisão do material gravado, auxiliando nas buscas de imagens, a exibição e conferência dos votos inseridos nas urnas eletrônicas e respectivos computadores;

5.3. CONTINGÊNCIAS

- 5.3.1. Deverão ser disponibilizados, às expensas da Contratada, equipamentos de reserva de cada item no próprio local de prestação dos serviços, para retomada imediata dos trabalhos no caso de falha em algum dos equipamentos indispensáveis para a efetivação dos trabalhos de filmagem, monitoramento e produção, a fim de que o processo de filmagem não sofra solução de continuidade. É **vedada** a utilização de equipamentos e materiais de contingência que não atendam às especificações deste termo de referência;
- 5.3.2. Em casos de contingência, a Comissão de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas deverá ser previamente comunicada para que proceda à imediata interrupção da votação a fim de que o processo de filmagem não sofra solução de continuidade.

5.4. FILMAGEM DO AMBIENTE

- 5.4.1. Além das filmagens das ilhas de votação, é necessária, no primeiro e segundo turno das Eleições, a filmagem do ambiente do teste de integridade com transmissão ao vivo para o canal do TRE-MA no Youtube, cuja duração deverá observar o disposto no subitem 5.1.2;
- 5.4.2. Para a transmissão ao vivo pelo canal do TRE-MA no Youtube, a Contratada deverá observar o layout de vídeo e script de transmissão determinado pela Contratante e encaminhar o streaming para o canal oficial do TRE-MA, através de chaves de transmissão a serem repassadas pela contratante;
- 5.4.3. Na prestação dos serviços de filmagem do ambiente de realização dos procedimentos e transmissão ao vivo para o canal do TRE-MA no Youtube, a Contratada deverá realizar o monitoramento e assegurar a transmissão ininterrupta das imagens e sons nos diversos ambientes de realização dos serviços;
- 5.4.4. A filmagem do ambiente deverá ser feita por câmeras diversas daquelas destinadas às ilhas de votação.

5.5. PRODUÇÃO DO MATERIAL GRAVADO

- 5.5.1. Além da filmagem das urnas eletrônicas deverá haver também a produção de material gravado;
- 5.5.2. Tal material é parte substancial no procedimento de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas, visto que é através dele que a Comissão terá condições de realizar auditoria do processo;
- 5.5.3. Caso algum dos presentes suscite alguma dúvida quanto ao resultado dos votos obtidos pela urna em confronto com o SAVP, será através do material gravado que a Comissão de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas poderá identificar o exato momento em que ocorreu o erro;
- 5.5.4. Para tanto a existência dos relógios digitais ao lado das urnas são de especial importância, conforme especificado no item 5.1.5, a fim de que se possa precisar o exato momento da ocorrência do problema causador da inconsistência dos dados obtidos pela urna em confronto com os do SAVP;
- 5.5.5. Quanto às características do material gravado, a gravação deve ser feita em resolução que permita a identificação do voto impresso, as teclas que foram digitadas na urna e a imagem do candidato que é exibido na urna no momento da votação;
- 5.5.6. O vídeo contendo as imagens gravadas do procedimento de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas deverá abordar todas as etapas do processo, e deverá ser preparado atendendo a uma estrutura mínima, na forma sugerida abaixo:

ESTRUTURA DO CONTEÚDO DO VÍDEO		
PARTE 1	Abertura dos trabalhos de votação	1. Ajuste do horário das câmeras com o da respectiva urna eletrônica a ser filmada; 2. Ajuste do áudio dos microfones de mesa; 3. Ajuste da projeção nas TVs de todas as filmagens simultaneamente captadas; 4. Impressão da zerésimas; 5. Início da votação;
PARTE 2	Rotinas de Votação	6. Filmagem de todo o processo de votação; 7. Aviso de troca de mídias à Comissão de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas evitando, assim, a perda de captação das imagens da votação; 8. Reinício dos procedimentos de votação (em caso de troca de mídia ou de qualquer outro tipo); 9. Encerramento do processo de votação;
PARTE 3	Encerramento da auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas	10. Acompanhamento e busca de imagens gravadas durante a votação, caso haja incongruências.

5.5.7. Todo o conteúdo da filmagem, por urna, deverá ser entregue em HD's externos ou outro formato de mídia compatível.

5.6. **DEMAIS INFORMAÇÕES**

- 5.6.1. A contratada deverá prover fonte ininterrupta de energia (nobreak) para garantir a continuidade da filmagem da auditoria;
- 5.6.2. A realização dos testes de integridade será no Fórum Eleitoral de São Luís, localizado na Avenida Senador Vitorino Freire, sem número, no Bairro da Madre Deus.
- 5.6.4. A Contratada deverá prestar suporte técnico durante todo o dia, levando em consideração a utilização provável de 02 (dois) ambientes distintos de realização do teste de integridade e a quantidade de equipamentos instalados em cada ambiente.

5.7. **VIGÊNCIA CONTRATUAL**

- 5.7.1. O prazo de vigência do contrato se dará a partir do primeiro dia útil seguinte à sua publicação, estendendo-se até o dia 30 de dezembro de 2026.

6. **QUANTITATIVO DE EQUIPAMENTOS**

6.1. A quantidade de equipamentos para a execução do serviço de filmagem foi estimada de acordo com o quantitativo de urnas que deverão ser submetidas ao teste de integridade, conforme Resolução TSE nº 23.673/2021, por turno:

6.1.1. **PRIMEIRO TURNO:**

ITEM 1: Prestação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de auditoria nas Eleições Municipais de 2024

Teste de Integridade Tradicional	Teste de Integridade com Biometria
Quantidade de equipamentos necessários: <ul style="list-style-type: none"> • 25 (vinte e cinco) filmadoras/câmera; • 25 (vinte e cinco) microfones de mesa; • 25 (vinte e cinco) tripés profissionais para sustentação das filmadoras; • 10 (dez) aparelhos de televisão colorido com tamanho mínimo de 40 polegadas, LED ou similar; • 15 (quinze) protetores passa cabos e fios de piso; • 2 (duas) cópias do conteúdo da filmagem, por urna, entregue em HD's externos ou outro formato de mídia compatível; 	Quantidade de equipamentos necessários: <ul style="list-style-type: none"> • 2 (dois) filmadoras; • 2 (dois) microfones de mesa; • 2 (dois) tripés profissionais para sustentação das filmadoras; • 2 (duas) aparelhos de televisão colorido com tamanho mínimo de 40 polegadas, LED; • 2 (duas) cópias do conteúdo da filmagem, por urna, entregue em HD's externos ou outro formato de mídia compatível.

ITEM 2: Filmagem do ambiente de realização dos procedimentos e transmissão ao vivo para o canal do TRE-MA no Youtube.

Teste de Integridade
Quantidade de equipamentos necessários: <ul style="list-style-type: none">● 2 (duas) filmadoras;● 2 (duas) tripés;● 1 (um) microfone de lapela;● 2 (dois) notebooks ou desktop.

6.1.2. **SEGUNDO TURNO:**

ITEM 3: Prestação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de auditoria nas Eleições Municipais de 2024.

Teste de Integridade Tradicional	Teste de Integridade com Biometria
Quantidade de equipamentos necessários: <ul style="list-style-type: none">● 25 (vinte e cinco) filmadoras/câmera;● 25 (vinte e cinco) microfones de mesa;● 25 (vinte e cinco) tripés profissionais para sustentação das filmadoras;● 10 (dez) aparelhos de televisão colorido com tamanho mínimo de 40 polegadas, LED ou similar;● 15 (quinze) protetores passa cabos e fios de piso;● 2 (duas) cópias do conteúdo da filmagem, por urna, entregue em HD's externos ou outro formato de mídia compatível;	Quantidade de equipamentos necessários: <ul style="list-style-type: none">● 2 (dois) filmadoras;● 2 (dois) microfones de mesa;● 2 (dois) tripés profissionais para sustentação das filmadoras;● 2 (duas) aparelhos de televisão colorido com tamanho mínimo de 40 polegadas, LED o● 2 (duas) cópias do conteúdo da filmagem, por urna, entregue em HD's externos ou mídia compatível.

ITEM 4: Filmagem do ambiente de realização dos procedimentos e transmissão ao vivo para o canal do TRE-MA no Youtube.

Teste de Integridade
Quantidade de equipamentos necessários: <ul style="list-style-type: none">● 2 (duas) filmadoras;● 2 (duas) tripés;● 1 (um) microfone de lapela;● 2 (dois) notebooks ou desktop.

6.2. Os equipamentos deverão observar os seguintes requisitos:

Requisito	Descrição
Focos das câmeras	Cada câmera deverá estar voltada diretamente para a sua respectiva urna e deverá captar as imagens do monitor e teclado da urna, monitor posicionado atrás da urna, permitindo a visualização efetiva do que está sendo demonstrado na tela da urna eletrônica e no sistema de votação, de acordo com o horário oficial de votação.
Formato da Data/Hora:	No canto inferior esquerdo da imagem captada e gravada, deverá ser colocada a Data e a Hora, de acordo com o horário oficial de votação, no formato “99/99/9999 - 99:99”.
Características das imagens capturadas e gravadas	A gravação deve ser feita em resolução que permita a identificação do voto impresso, as teclas que foram digitadas na urna e a imagem que é exibido na urna no momento da votação.
Características do áudio capturado e gravado	Cada câmera deverá estar conectada a um microfone de mesa, visando a não prejudicar a gravação da voz do operador de urna no momento da votação.
Fixação das câmeras	As câmeras deverão estar posicionadas de forma fixa, em tripés profissionais, que garantam estabilidade, ausência de vibração e não haja, que impeçam qualquer tipo de instabilidade que prejudique o foco, a leitura e a gravação das imagens.
Iluminação	A CONTRATADA deverá prover iluminação auxiliar suficiente para garantir a qualidade da imagem que será gravada. A iluminação deve ser adequada para garantir a qualidade da imagem que será gravada.
	Característica: HD externo com as características: <ul style="list-style-type: none">● USB: 2.0 e/ou 3.0

Mídia (que será entregue com as imagens gravadas)		● Compatibilidade: Windows
	Quantidade:	Deverão ser disponibilizados HD's necessários para todo o período da gravação.
	Identificação:	O HD deverá conter a identificação no início: TRE-MA - AUDITORIA DA VOTAÇÃO ELETRÔNICA - ELEIÇÃO 2016 - 1º TURNO. CÂMERA 1, 2 OU 3, CONFORME O CASO.
Cabeamento e Conexão de equipamentos	<p>A imagem capturada por cada uma das câmeras deve ser, simultaneamente, disponibilizada em um televisor que será fornecido pela CONTRATADA.</p> <p>Para melhor compreensão da disposição das câmeras e dos televisores, ver layout do ambiente anexo a este Termo de Referência apresentado antes da execução dos serviços de forma adequada ao espaço físico onde serão desenvolvidas as atividades da Comissão de Funcionamento das Urnas Eletrônicas.</p> <p>A CONTRATADA será responsável pelo cabeamento e pela conexão dos televisores às respectivas câmeras.</p>	
Instalação e Teste dos equipamentos	<p>Todos os equipamentos necessários à execução do objeto devem ser previamente instalados e devidamente testados, observando o item 5.1.</p> <p>Tais atividades deverão ser realizadas sob a supervisão dos integrantes da Comissão Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas, auxiliando na logística de melhor posicionamento das câmeras de forma a manter a funcionalidade dos trabalhos e a fidedignidade fornecida pela Comissão antes da execução dos serviços de forma adequada ao espaço físico onde serão desenvolvidas as atividades da Comissão Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas.</p> <p>Ao final do procedimento de instalação e teste será realizada a vistoria final, cujo ato deverá ser formalizado em termo de aceite das partes.</p>	

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Acompanhar e fiscalizar a execução de todos os serviços, inclusive os realizados nos dias anteriores aos da eleição, sem excluir a responsabilidade decorrente da fiscalização a ser exercida pela CONTRATADA;

7.2. Acompanhar todo o procedimento de montagem dos equipamentos de filmagem com vistas a solicitar o saneamento de eventuais inconsistências;

7.3. Conceder prazo até às 6h 45min do domingo (dia da eleição), para que a CONTRATADA proceda ao saneamento das irregularidades detectadas pelo Fiscal/Gestor do contrato;

7.4. Comunicar à CONTRATADA as alterações que entender necessárias à realização do objeto do presente termo de referência;

7.5. Efetuar o pagamento na forma pactuada;

7.6. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente termo;

7.7. Convocar, a qualquer momento, o preposto ou representante da empresa para prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Atender às solicitações da CONTRATANTE para realização de reuniões de alinhamento, que ocorrerão, preferencialmente, em formato virtual e cujas datas e horários serão previamente informados à CONTRATADA;
- 8.2. Executar os serviços nos prazos estabelecidos, nas condições e preços consignados em sua proposta comercial;
- 8.3. Instalar e testar os equipamentos com, no mínimo, 03 (três) dias de antecedência da data marcada para a efetiva prestação dos serviços (dia de realização das Eleições);
- 8.4. Prover iluminação auxiliar suficiente para garantir a qualidade da imagem que será gravada;
- 8.5. Fazer o cabeamento e a conexão dos equipamentos eletrônicos de gravação aos aparelhos de TV, de modo que os interessados possam acompanhar os procedimentos da auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas;
- 8.6. Substituir imediatamente, sem que haja descontinuidade da prestação dos serviços, quaisquer dos equipamentos/materiais que apresentem defeitos ou que não estejam de acordo com o especificado pelo CONTRATANTE;
- 8.7. Comunicar previamente ao Fiscal/Gestor do contrato qualquer fato que ocasione a necessidade de interrupção da filmagem para que o procedimento da auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas não sofra solução de continuidade;
- 8.8. Entregar as mídias com as imagens gravadas em formato digital e em quantidades compatíveis com as descritas neste termo;
- 8.9. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, inclusive o transporte;
- 8.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;
- 8.11. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por esse Órgão, mesmo que os danos tenham ocorrido no transporte de equipamentos ou materiais;
- 8.12. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente termo de referência e, por conseguinte, do contrato;
- 8.13. Permitir e facilitar a fiscalização pela CONTRATANTE por intermédio do fiscal do contrato, na execução dos serviços contratados, atendendo prontamente suas observações e exigências;
- 8.14. Determinar que seus empregados, quando em horário de trabalho nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, façam uso permanente de crachás, a serem confeccionados pela CONTRATADA;
- 8.15. Substituir imediatamente, sempre que exigido e justificado pelo CONTRATANTE, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina do Órgão ou ao interesse do serviço público, seja por:
- a) Incapacidade técnica, embora conste de seu currículo tempo de serviço comprovado;
 - b) Atitude inconveniente ou problemas de qualquer ordem que impossibilitem o profissional de executar suas atividades no horário definido pelo CONTRATANTE;
 - c) Falta de urbanidade ou que venha a transgredir as normas previstas no contrato.
- 8.16. Vedar a utilização, por seus funcionários, das imagens e sons capturados em virtude da presente contratação;
- 8.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 8.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 8.19. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros de diretórios de partidos políticos, de candidatos registrados no pleito de 2026 no Estado do Maranhão, de juizes ou de servidores da Justiça Eleitoral, (efetivos, requisitados ou comissionados), apresentando, no data de assinatura do contrato, declaração de que cumprirá essa exigência.
- 8.20. Emitir Nota Fiscal/Fatura de acordo com a especificidade dos serviços prestados e protocolizar no TRE-MA, destinando-a ao responsável pela fiscalização do Contrato;
- 8.21. Manter durante a execução do Contrato as condições de habilitação exigidas para essa contratação.
- 8.22. Instruir os profissionais alocados e demais colaboradores vinculados à execução do contrato para que atendam à Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, conforme Portaria nº 13/2026 TRE/MA/PRES/GABPRES;
- 8.23. Não alocar, na execução do contrato, colaboradores que possuam filiação partidária ativa, exerçam atividades político-partidárias ou tenham parentesco com candidatos no pleito, visando assegurar a isonomia e a lisura do processo.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 9.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da administração especificamente designados para este fim, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.2. A indicação do Gestor e dos Fiscais recairá sobre os membros da Comissão de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas (CAVUE), sob a coordenação da Gerência do Processo.
- 9.3. Das funções de Gestão e Fiscalização:
- 9.3.1. Compete ao Gestor consolidar as informações e relatórios apresentados pelos fiscais, providenciando o recebimento definitivo que concretiza o ateste da execução dos serviços.
- 9.3.2. A fiscalização técnica compete verificar a correta execução das atividades inerentes ao objeto, como a instalação de equipamentos com antecedência de 3 dias, a qualidade da imagem (resolução Full HD) e o monitoramento da gravação em tempo real.
- 9.3.3. O acompanhamento das obrigações acessórias, como a verificação da manutenção das condições de habilitação no SICAF, regularidade trabalhista e previdenciária, e o cumprimento das normas de conduta dos funcionários será realizada pela fiscalização administrativa.
- 9.4. No âmbito da execução deste contrato, a CAVUE atuará com as seguintes atribuições:
- 9.4.1. Supervisionar a instalação e o teste dos equipamentos, auxiliando na logística de posicionamento das câmeras para garantir a fidedignidade do layout planejado.

9.4.2. Realizar a vistoria final após a instalação e testes, formalizando o ato em termo assinado pelas partes.

9.4.3. Analisar o material gravado para identificar eventuais erros ou problemas durante o processo de auditoria.

9.4.4. Autorizar a interrupção da votação em casos de contingência técnica comunicados pela contratada, garantindo a continuidade da filmagem.

9.5 Das Atividades de fiscalização:

9.5.1. Fiscalizar a montagem dos equipamentos nos dias que antecedem a eleição, solicitando o saneamento de inconsistências detectadas.

9.5.2. Verificar no dia do pleito se o serviço iniciou-se impreterivelmente às 7h da manhã e se há funcionários suficientes para o monitoramento (mínimo de 1 para cada 5 urnas no teste tradicional e 1 por urna no teste com biometria).

9.5.3. Registrar em prontuário próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, especialmente falhas de monitoramento ou inexecuções técnicas, para fins de aplicação de penalidades ou glosas no pagamento.

9.5.4. Utilizar check list (lista de verificação) padronizados para garantir a conformidade de cada etapa da contratação, devendo o preposto da empresa acompanhar e assinar os referidos documentos.

9.6 A contratada deverá indicar o preposto formalmente, garantindo que este possua capacidade técnica e poderes para responder pela empresa.

9.6.1 O preposto deve estar disponível para reuniões de alinhamento e para prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas a qualquer momento quando convocado.

9.6.2. Caberá ao preposto acompanhar as vistorias e assinar os checklists de fiscalização, adotando medidas imediatas para corrigir falhas ou substituir equipamentos e funcionários inaptos.

10. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. A CONTRATANTE efetivará o pagamento após a comprovação da efetiva prestação dos serviços;

10.2. Os serviços objeto do contrato serão remunerados por turno de votação, ou seja, em não havendo 2º turno das eleições, a CONTRATADA só executará e será remunerada pelos trabalhos relativos ao 1º turno;

10.3. O pagamento será efetivado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura que constem os serviços efetivamente prestados para pagamento da despesa pelo TRE-MA, mediante ordem bancária creditada em conta corrente, até o 30º (trigésimo) dia, contados do efetivo adimplemento da obrigação da contratada, formalizado a partir do atesto da respectiva nota fiscal pela Fiscalização/Gestão do Contrato;

10.4. Ao CONTRATANTE se reserva o direito de não autorizar o imediato pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura por parte do fiscal/gestor do Contrato, este atestar que os serviços foram executados em desacordo com a especificação apresentada, caso em que primeiro serão descontadas do pagamento as multas previstas em capítulo próprio para posterior pagamento do remanescente;

10.5. A fatura que for apresentada com erro não será atestada pela fiscalização e será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, iniciando-se, a partir de então, o procedimento previsto no item 10.3;

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE;

10.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

10.9. Persistindo a irregularidade, o contrato poderá ser rescindido, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação de penalidade prevista em capítulo próprio.

10.10 REAJUSTE: O preço contratado será reajustado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPVA), contando-se o prazo de 12 meses a partir da data do orçamento estimado.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR, ADJUDICAÇÃO, PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Sugere-se a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por se tratarem de serviços comuns, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais de mercado.

11.2. A adjudicação do objeto deverá ser pelo VALOR TOTAL, o qual deverá prever todos os custos diretos e indiretos pertinentes à execução dos serviços.

11.3. Será considerada vencedora a licitante que atender todas as condições estabelecidas neste termo de referência, no edital e seus anexos e ofertar o menor preço.

11.4. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter as seguintes informações:

a) Razão Social da Pessoa Jurídica, com endereço e número do CNPJ;

b) Preços UNITÁRIOS e TOTAIS, conforme planilha do item 12, inclusas todas as despesas que incidirem na execução dos serviços;

11.5. Constituem requisitos de **HABILITAÇÃO TÉCNICA**

11.5.1 A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução prévia de serviços pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto desta licitação;

11.5.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar que a empresa executou serviços de filmagem, monitoramento e gravação em, no mínimo, 14 (quatorze) ilhas de votação simultâneas, quantitativo que corresponde a 50% da parcela de maior relevância técnica e valor significativo do objeto (total de 27 ilhas).

11.5.2. Para demonstração desse quantitativo, a licitante poderá somar diversos atestados, desde que a execução dos serviços tenha sido prestada de forma concomitante.

11.6. Constituem requisitos de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

11.6.1 Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Licitante, com emissão de até 60 dias da abertura da licitação;

11.6.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 1.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

11.6.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.6.2.1 Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices, deverá apresentar patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

12. ESTIMATIVA DE VALOR

12.1. O preço total estimado para a presente contratação é de **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, sendo o valor de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)** correspondente ao 1º Turno das Eleições e **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)** correspondente ao 2º Turno das Eleições.

TURNO DE ELEIÇÃO	ITEM	SERVIÇOS	
PRIMEIRO TURNO (04/10/2026)	1	Prestação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de auditoria nas Eleições Municipais de 2024.	
	2	Filmagem do ambiente de realização dos procedimentos e transmissão ao vivo para o canal do TRE-MA no Youtube.	
CUSTO TOTAL PRIMEIRO TURNO			
SEGUNDO TURNO (25/10/2026)	3	Prestação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de auditoria nas Eleições Municipais de 2024.	
	4	Filmagem do ambiente de realização dos procedimentos e transmissão ao vivo para o canal do TRE-MA no Youtube.	
CUSTO TOTAL SEGUNDO TURNO			
CUSTO TOTAL ESTIMADO (1º e 2º TURNOS)			

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da execução da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Ação Orçamentária: **Pleitos Eleitorais**

Planos Internos: **SEG AUDIT1 e SEG AUDIT2**

Elemento de despesa: **"33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica ”.**

14. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

14.1. A presente contratação está prevista no Plano de Contratação Anual aprovado para o exercício de 2026 por meio da Portaria n.º 773/2026.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2 Ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas serão aplicadas as seguintes sanções:

15.2.1 **Advertência**, em caso de inexecuções parciais de baixo potencial lesivo, assim entendidas como aquelas que não comprometam a execução do objeto.

15.2.2 **Impedimento de licitar e contratar com a União** pelo prazo de até 3 anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 16.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 161.1, bem como pela prática de condutas sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar (subitem 16.2.2) que, pela extensão dos danos, justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

15.2.4 **Multa:**

15.2.4.1 Poderão ser aplicadas multas em decorrência de outras infrações abaixo descritas, considerando os graus, percentuais e formas de incidência descritos nas tabelas 1 e 2 abaixo:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	1% do valor do contrato
2	2% do valor do contrato
3	3% do valor do contrato

TABELA 2

ITEM	HIPÓTESES ENSEJADORAS	GRAU	INCIDÊNCIA E LIMITES (QUANDO CABÍVEIS)
1	Filmagem das ilhas com imagens inferiores ou incompatíveis com as exigidas neste termo.	3	Por ilha de gravação, até o limite de duas ilhas.
2	Filmagem dos ambientes com falhas ou incompatíveis com as exigências deste termo.	3	Por ambiente, até o limite de um ambiente.
4	Recusa injustificada em atender à fiscalização, não apresentando informações ou documentação exigidos pelos gestores ou fiscais, conforme cláusulas contratuais.	2	Por ocorrência, até o limite de 2 (duas) ocorrências.
5	Suspender ou interromper parcialmente os serviços, salvo motivo de força maior.	3	Por hora, até o limite de 1h.
6	Utilizar as dependências da Contratante para fins diversos do objeto do contrato.	2	Por ocorrência, até o limite de 2 (duas) ocorrências.
7	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	3	Por ocorrência, até o limite de 1 (uma) ocorrência
9	Retirar das dependências da Contratante equipamentos ou materiais sem autorização prévia do responsável.	2	Por item e por ocorrência.

10	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes	2	Por ocorrência.
11	Alocar na execução do contrato profissionais que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros de diretórios de partidos políticos, de candidatos registrados no pleito de 2026 no Estado do Maranhão, de juízes ou de servidores da Justiça Eleitoral, seja do quadro efetivo, requisitado ou sem vínculo (ocupante de cargo comissionado).	3	Por ocorrência, até o limite de uma ocorrência..
12	Alocar na execução do contrato colaboradores que possuam filiação partidária ativa ou exerçam atividades político-partidárias.	3	Por ocorrência, até o limite de uma ocorrência.
PARA OS ITENS A SEGUIR, <u>DEIXAR DE:</u>			
11	Instalar os equipamentos e realizar os testes, no prazo previsto no subitem 5.1.1.	3	Por dia , até o limite de um dia.
12	Substituir os equipamentos com defeito ou inadequados.	3	Durante a fase de testes: por dia, até o limite de um dia. Durante a execução do serviço (dia da eleição): por hora, até o limite de um
13	Entregar as mídias, após o encerramento dos trabalhos, devidamente embaladas e identificadas, no prazo estabelecido ;	3	Por dia, até o limite de 1 dias.
14	Substituir funcionário ausente, sem a qualificação exigida ou que se conduza de modo inconveniente, após notificado pela fiscalização.	3	Durante a fase de testes: por dia, até o limite de um dia. Durante a execução do serviço (dia da eleição): por hora, até o limite de um
15	Apresentar a documentação exigida para pagamento.	1	Por ocorrência e por dia, até o limite de 10 (dez) dias corridos
16	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por ocorrência e por dia, até o limite de 10 (dez) dias corridos (sem prejuízo possibilidade de rescisão contratual)

20	Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.	2	Por ocorrência, até o limite de uma ocorrência. Em caso de dado ou informação configura a hipótese de inexecução prevista na alínea “b” do subitem 15.
21	Cumprir quaisquer outras obrigações não previstas nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pela Fiscalização.	1	Por item e por ocorrência

15.2.4.2 **Multa compensatória de 4% (quatro por cento) a 10% (dez por cento)** sobre o valor do contrato, nas hipóteses de **inexecução parcial** que comprometam a execução do objeto, desde que não configurem a hipótese prevista na alínea “b” do subitem 15.1 (para a qual se aplicam os percentuais previstos para **inexecução total**). Configura hipótese deste tipo *ultrapassar os limites previstos na tabela 2 do subitem 15.2.4.1, nos casos de infrações classificadas como GRAU 2.*

15.2.4.3 **Multa compensatória de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** sobre o valor do contrato, nos casos de **inexecução total** e nas **hipóteses sujeitas às sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade**. Configuram hipóteses de inexecução total:

- a) Ultrapassar os limites previstos na tabela 2 do subitem 15.2.4.1, nos casos de infrações classificadas como GRAU 3;
- b) A recusa em assinar o instrumento de contrato, bem como em receber a Ordem de Serviço;
- c) O descumprimento de outras obrigações que comprometa a execução dos serviços e o cumprimento dos prazos eleitorais.

15.3 A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

15.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

15.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou cobrada judicialmente.

15.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante.

15.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

15.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

Datado e assinado eletronicamente.

Luciana Linard Silva Malveira - Membro da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica

Christiano Anderson Neitzke- Coordenador de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação

Sherlan Buhatem Anunciação - Membro da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica

Maiara da Silva Leal - Membro da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica

Laurencio Monteiro Melo- Seção de Dados, Desenvolvimento de Sistemas e Inovação

Marco Aurélio Martins Fernandes- Técnico Judiciário



Documento assinado eletronicamente por **SHERLAN BUHATEM ANUNCIÃO, Assessor(a)**, em 11/05/2026, às 14:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LOURENCIO MONTEIRO DE MELO, Analista Judiciário**, em 11/05/2026, às 15:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CHRISTIANO ANDERSON NEITZKE, Coordenador(a)**, em 11/05/2026, às 15:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO AURÉLIO MARTINS FERNANDES, Técnico Judiciário**, em 11/05/2026, às 15:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA DA SILVA LEAL, Chefe de Seção**, em 15/05/2026, às 13:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2761468** e o código CRC **CA0ADB7D**.

0005009-32.2026.6.27.8000	2761468v2
---------------------------	-----------